7º Simulado Especial

Área Fiscal

Auditor Fiscal

Pré-Edital

Simulado

7º Simulado Especial para Área Fiscal (Auditor Fiscal)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

*1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Auditor Fiscal** de **Áreas Fiscais**;*

2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;

*3 - **O candidato deverá fazer a opção de Legislação Tributária (Legislação Federal, Estadual ou Municipal) para submeter-se à avaliação na prova objetiva;***

4 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;

*5 - Os participantes têm das **8:00h** às **13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;*

6 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

https://forms.gle/HfditA5ire4E5sEJA

01 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	21 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	41 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	61 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	81 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
02 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	22 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	42 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	62 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	82 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
03 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	23 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	43 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	63 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	83 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
04 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	24 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	44 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	64 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	84 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
05 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	25 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	45 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	65 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	85 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
06 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	26 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	46 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	66 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	86 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
07 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	27 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	47 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	67 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	87 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
08 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	28 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	48 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	68 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	88 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
09 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	29 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	49 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	69 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	89 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
10 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	30 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	50 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	70 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	90 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
11 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	31 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	51 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	71 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	91 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
12 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	32 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	52 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	72 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	92 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
13 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	33 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	53 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	73 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	93 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
14 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	34 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	54 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	74 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	94 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
15 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	35 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	55 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	75 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	95 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
16 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	36 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	56 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	76 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	96 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
17 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	37 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	57 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	77 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	97 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
18 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	38 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	58 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	78 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	98 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
19 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	39 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	59 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	79 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	99 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
20 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	40 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	60 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	80 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	100 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

Federal: https://coruja.page.link/uyvK

Estadual: https://coruja.page.link/DxtY

Municipal: https://coruja.page.link/28zk

CONHECIMENTOS COMUNS A TODOS CARGOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Felipe Luccas

O problema do mundo de hoje é que as pessoas inteligentes estão cheias de dúvidas, e as pessoas idiotas estão cheias de certezas...

Bertrand Russell

01. Quando procuramos evitar afirmações de certeza absoluta, empregamos expressões de possibilidade. Assinale a opção que, ao contrário, expressa certeza.

a) O mundo deve tornar-se um deserto inabitável.

b) É muito provável que o dólar caia.

c) Sabe-se que o vitimismo é a pior de nossas falhas.

d) O Chile, provavelmente, crescerá mais que o Brasil em 2019.

e) Existe a possibilidade de nosso país tornar-se uma potência econômica.

02. *A dança é uma das formas de comunicação mais antigas, existindo antes do homem começar a falar. Ao longo do tempo, essa forma de expressão e comunicação vem adquirindo funções diferentes, de acordo com cada cultura e com cada época.*

Para atender aos rigores gramaticais da norma culta, é necessário fazer uma correção. Assinale a alternativa abaixo alteração que deixaria o texto rigorosamente correto.

a) substituir “mais antigas” por “mais antiga.

b) substituir “essa forma” por “esta forma”.

c) substituir “antes do homem” por “antes de o homem”

d) substituir “cada cultura” por “toda cultura”

e) substituir “Ao longo do” por “Com o decorrer do tempo”.

03. Observe a seguinte manchete:

“A partir de agora, a prática de homofobia, além de ter sido criminalizada, segundo entendimento jurisprudencial do STF (Supremo Tribunal Federal), pode gerar, também a não inscrição ou exclusão do advogado do quadro da Ordem de Advogados do Brasil.

Sobre os componentes da manchete, assinale a alternativa ***correta***.

a) O sujeito de “pode gerar” está oculto na oração.

b) O sujeito de “pode gerar” é indeterminado.

c) O advérbio “também” deveria estar entre vírgulas.

d) O advérbio “agora” poderia estar entre vírgulas.

e) O sujeito de “pode gerar” está explícito na oração.

04. Assinale a opção que indica a frase em que não ocorre a relação de causa e consequência.

a) A despeito dos temporais, as ruas não amanheceram alagadas.

b) Em virtude da idade avançada, o médico não conseguia mais conduzir cirurgias.

c) Deixamos de ir à praia em função da neblina.

d) As crises econômicas geram altos índices de desemprego.

e) A ignorância resulta, muitas vezes, da preguiça de ler e buscar a verdade.

05. “Cada vez mais o smartphone substitui o computador pessoal doméstico, pois traz suas principais funções e outras vantagens: é pequeno e leve, podendo pois ser transportado para qualquer lugar sem inconvenientes”.

No texto acima, o corretor de texto do computador sublinhou os termos “podendo pois”.

Nesse caso, o erro apontado foi

a) a ausência da conjunção “mas” antes de “podendo”.

b) o emprego indevido de uma vírgula antes do gerúndio.

c) o erro de posição de “pois”, que deveria vir antes de “podendo”.

d) a falta de vírgulas antes e depois de “pois”.

e) o erro no emprego do gerúndio “podendo”.

06. A palavra “sucuri” não leva acento em sua sílaba tônica.

Assinale a opção que apresenta outra palavra que não recebe acento pela mesma regra.

a) Rua

b) Farejado

c) Biju

d) Assembleia

e) Vinhedo

07. O par em que a troca de posição dessas palavras NÃO deve ser feita por tratar-se de um adjetivo de relação é:

a) projeção frequente;

b) configuração incorreta;

c) isolamento constante;

d) cultura americana;

e) conflitos graves.

08. “A sustentabilidade brasileira é um problema agrícola-ambiental”.

A palavra “agrícola-ambiental” aparece grafada com hífen pela mesma razão do seguinte vocábulo abaixo:

a) capitão-tenente

b) quinta-feira;

c) lítero-musical;

d) infra-estrutura;

e) mão-de-obra.

09. Assinale a alternativa em que houve uma troca de parônimos, gerando imperfeição na escritura da frase.

a) O incidente entre dois caminhões deixou quatro pessoas feridas.

b) Sua Eminência, o cardeal, rezou a missa pela manhã.

c) A polícia invadiu a mansão, pois o mandado de prisão fora expedido.

d) O motor do carro estava arriado.

e) A Justiça deferiu a suspensão das atividades de sete empresas.

10. Assinale a frase que não mostra um vocábulo substantivado.

a) O inesperado às vezes surpreende positivamente.

b) Ela aceitou os porquês da decisão sem questionar.

c) O correto é respeitar as opiniões alheias.

d) A saúde é fundamental para o bem-estar.

e) Nunca entendi o talvez nas palavras dele.

MATEMÁTICA FINANCEIRA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Carlos Henrique

A tabela identifica a distribuição do número de colaboradores de uma instituição pelos respectivos salários que recebem:

DISTRIBUIÇÃO DE COLABORADORES PELOS SEUS RESPECTIVOS SALÁRIOS

SALÁRIO RECEBIDO	NÚMERO DE COLABORADORES
R$ 3.600,00	20
R$ 4.200,00	15
R$ 5.000,00	10
R$ 6.000,00	5

11. Dentre os colaboradores que recebem mais de R$ 4.000,00, qual o percentual dos que recebem menos de R$ 5.000,00.

a) 70%

b) 50%

c) 90%

d) 30%

e) 40%

12. Sabendo-se que no próximo mês está previsto um aumento de 20% em todos os salários pagos, e que não haverá admissão de novos colaboradores, tampouco, demissão, assinale a alternativa que contém a soma da média aritmética simples, da mediana e da moda dos salários que essa instituição pagará aos seus colaboradores, após o aumento previsto:

a) R$ 14.520,00

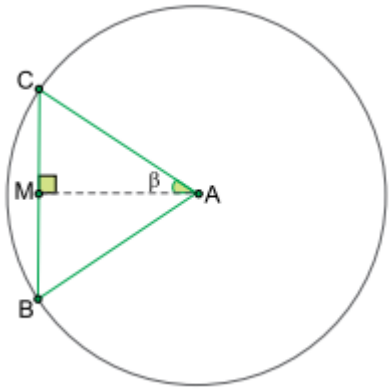
b) R$ 14.400,00

c) R$ 14.360,00

d) R$ 14.240,00

e) R$ 14.000,00

13. Sobre uma circunferência de centro A e raio 10 cm estão os vértices B e C de um triângulo ABC. O ponto M é médio do lado BC e β = MÂC, conforme mostra a figura.



fora de escala

Sabendo que sen β + cos β = 1,2, a área do triângulo ABC é

a) 16 cm^2 .

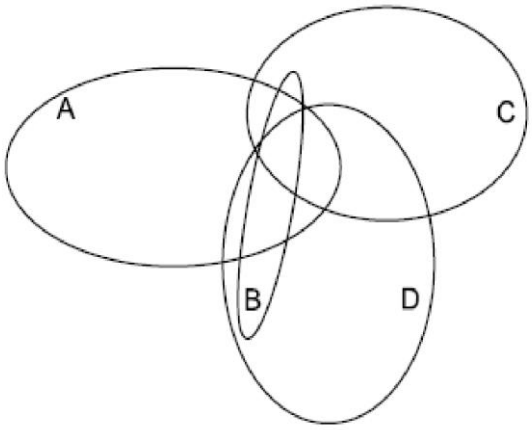
b) 18 cm^2 .

c) 20 cm^2

d) 22 cm^2 .

e) 24 cm^2 .

14. No diagrama lógico a seguir, há elementos em todos os subconjuntos.



Dessa maneira, é correto afirmar que

a) qualquer elemento de D que não seja elemento de A é elemento de B ou de C.

b) algum elemento de C que é elemento de D não é elemento de A e de B.

c) há elementos de B que são apenas elementos de B.

d) existe elemento de B que é apenas elemento de B e de A.

e) não há elemento que seja apenas elemento de A e de B e de C.

15. Em uma metrópole, foram entrevistadas várias pessoas acerca de suas preferências em relação a três raves; M, N e P. Os resultados mostraram que:

420 pessoas gostam da rave M.

420 pessoas gostam da rave N.

500 pessoas gostam da rave P.

40 pessoas gostam das três raves.

200 pessoas não gostam de nenhuma das três raves.

120 pessoas gostam das raves M e N.

140 pessoas gostam das raves M e P

100 pessoas gostam das raves N e P.

O número de pessoas que respondeu a pesquisa foi igual a:

a) 1500

b) 1.140

c) 1220

d) 1260

e) 1120

16. Para executar a tarefa de criação de 111 empadões de bacalhau, três cozinheiras dividiram o total de empadões entre si, na razão inversa de suas respectivas idades: 24, 30 e 36 anos. Assim sendo, a cozinheira de 30 anos fez

a) 2 empadões a mais do que o de 24 anos.

b) 4 empadões a menos do que o de 36 anos.

c) 4 empadões a menos do que o de 24 anos.

d) 6 empadões a menos do que o de 36 anos.

e) 9 empadões a menos do que o de 24 anos.

17. Em um fisco estadual, uma equipe de trabalho reúne 4 analistas e 6 auditores. Se três pessoas dessa equipe forem selecionadas aleatoriamente para formar um pequeno grupo de análise, a probabilidade de que esse grupo seja formado por dois auditores e um analista é igual a

a) 20%.

b) 50%.

c) 60%.

d) 70%.

e) 80%.

18. Um investidor aplica em um determinado banco R$ 10.000,00 a juros simples. Após 6 meses, resgata totalmente o montante de R$ 10.900,00 referente a esta operação e o aplica em outro banco, durante 5 meses, a uma taxa de juros simples igual ao dobro da correspondente à primeira aplicação. O montante no final do segundo período é igual a

a) R$ 12.862,00

b) R$ 12.750,00

c) R$ 12.650,00

d) R$ 12.550,00

e) R$ 12.535,00

19. Uma dívida decorrente de um empréstimo deverá ser liquidada por meio de 120 prestações mensais e consecutivas, vencendo a primeira um mês após a data do empréstimo. Considerando que foi utilizado o Sistema de Amortização Constante (SAC) a uma taxa de 2% ao mês, verifica-se que o valor da última prestação é igual a R$ 1.275,00. A prestação da 50ª prestação, é

a) R$ 3.100,00

b) R$ 3.050,00

c) R$ 3.025,00

d) R$ 3.000,00

e) R$ 3.075,00

20. Uma programação de investimento consiste na realização de três depósitos consecutivos de valores iguais efetuados no início de cada ano. O resgate dos respectivos montantes será feito de uma só vez, três anos após a data do primeiro depósito. Considerando uma taxa de juros compostos de 10% ao ano, e sabendo-se que a soma dos montantes no ato do resgate foi igual a R$ 43.692,00, conclui-se que o valor de cada depósito é igual a

a) R$ 10.000,00

b) R$ 10.500,00

c) R$ 11.000,00

d) R$ 11.500,00

e) R$ 12.000,00

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Emannuelle Gouveia

21. Na segurança da informação um dos pontos mais importantes é conscientizar os usuários da importância do uso correto de senhas e das regras básicas para a sua criação e armazenamento, visto que, uma senha mal criada ou mal guardada pode gerar uma seria vulnerabilidade para o negócio como um todo. Das letras abaixo, marque a que contém uma senha criada com regras adequadas de segurança.

a) 1234567

b) Deus

c) 24082000

d) Y&23Jmpt2

e) maeCleide

22. Hoje, existem frameworks que otimizam recursos ao fornecer diretrizes para a governança e gestão eficaz da tecnologia da informação, ajudando as organizações a identificarem e priorizarem os investimentos em TI, garantindo que os recursos sejam alocados de maneira adequada e alinhada aos objetivos do negócio. Um dos mais utilizados atualmente no mercado é:

a) COBIT

b) UML

c) PMBOK

d) JAVA

e) HTML

23. Nas redes de computadores baseadas no modelo de referência TCP/IP, é usado um protocolo que e responsável por mapear endereços físicos para endereços lógicos. Das letras abaixo, identifique esse protocolo.

a) ARP

b) TCP

c) RARP

d) IP

e) DNS

24. Sobre Redes Neurais, marque a alternativa correta:

a) A RNN, além dos dados da camada anterior, também utilizam o estado interno ou resultado da operação matemática realizado pelos seus próprios neurônios no passo de tempo anterior (isso é, o valor que a rede produziu no tempo anterior).

b) As Feed Forward Network (FFN) são consideradas evoluções da RNNs, estendendo seu campo de aplicação para, por exemplo, serem capazes de compor textos com coerência semântica e gramatical, onde as palavras anteriores devem manter um grau de relação com as palavras posteriores.

c) As LSTMs costumam ter aplicação similar às das GRUs, mas são mais rápidas e fáceis de treinar. Entretanto, seu desempenho pode ser um pouco menos expressivo.

d) A GRU tem como principal vantagem o fato de poderem ser treinadas de forma similar a uma FFN.

e) A aplicação mais comum das RBM é na classificação de imagens.

25. Das letras abaixo, marque os papéis técnicos envolvidos em um projeto de ciência de dados.

a) engenheiro de dados, analista de negócios.

b) usuário solicitante, engenheiro de dados

c) analista de negócios, gerente de projeto

d) gerente de projeto, cientista de dados

e) engenheiro de dados e cientista de dados

DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

26. A República Federativa do Brasil celebrou uma convenção internacional sobre direitos humanos, que foi devidamente aprovada pelo Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros. A convenção internacional assim aprovada é equivalente a:

a) emenda constitucional;

b) lei complementar;

c) ato supralegal;

d) lei ordinária;

e) decreto.

27. Em razão de situação de iminente perigo público, certa autoridade pública utilizou durante dois dias um terreno pertencente a João, o que não acarretou qualquer dano à propriedade, já que nada existia no local. À luz da sistemática constitucional, a conduta da autoridade pública foi:

a) ilícita, pois não foi antecedida de indenização;

b) lícita, não sendo devida qualquer indenização;

c) lícita, desde que João seja indenizado em até trinta dias;

d) lícita, desde que João tenha expressamente concordado com o uso;

e) ilícita, pois não foi antecedida de autorização legislativa e de indenização.

28. Em matéria de organização do Estado, a Constituição da República de 1988 dispõe que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

a) elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico, social e cultural;

b) proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

c) decretar o estado de sítio, o estado de defesa e a intervenção municipal, estadual ou federal quando houver grave violação a patrimônio artístico, histórico e cultural;

d) explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens;

e) exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão.

29. Ednaldo, titular de cargo de provimento efetivo do serviço público estadual, foi eleito Deputado no mesmo Estado em que exerce suas atividades funcionais regulares. Na véspera do início das atividades parlamentares, foi informado, pelo Departamento de Pessoal de sua repartição originária, que deveria ser necessariamente exonerado do cargo originário tão logo iniciasse o exercício do mandato eletivo. À luz da sistemática constitucional, essa orientação é:

a) incorreta, pois a exoneração não é necessária caso haja compatibilidade de horários entre as duas atividades;

b) correta, já que a ordem constitucional veda a acumulação de cargos públicos, ressalvadas as exceções que indica;

c) incorreta, pois a investidura no mandato eletivo estadual somente exige o afastamento do cargo, não a exoneração;

d) correta, já que os subsídios dos Deputados Estaduais alcançam o teto remuneratório, o que impede a acumulação;

e) incorreta, pois a ordem constitucional autoriza expressamente a acumulação nas circunstâncias indicadas.

30. Com o objetivo de assegurar a plena execução de lei que veiculava matéria de natureza tributária, o Presidente da República expediu o respectivo regulamento. Ocorre que esse ato normativo foi considerado pelo Congresso Nacional como exorbitante do poder regulamentar, o que o levou a sustá-lo. O Chefe do Poder Executivo, irresignado com o ocorrido, determinou que fossem adotadas as providências necessárias à submissão do decreto legislativo, que sustou o regulamento, ao controle concentrado de constitucionalidade exercido pelo Supremo Tribunal.À luz dessa narrativa e da sistemática constitucional, é correto afirmar que esse decreto legislativo

a) não pode ser submetido ao referido controle, pois, ao aferir a compatibilidade do regulamento com a lei, sua essência enquadra-se no plano legal, não no constitucional.

b) pode ser submetido ao referido controle, a exemplo do que ocorre com todos os atos normativos, de natureza legal ou infralegal.

c) não pode ser submetido ao referido controle, pois não apresenta os atributos da generalidade e da abstração.

d) pode ser submetido ao referido controle, pois aufere o seu fundamento de validade na Constituição e sua força normativa é negativa.

e) não pode ser submetido ao referido controle, pois somente os atos normativos estão sujeitos a ele.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

31. Em relação aos servidores públicos, assinale a alternativa que se encontra de acordo com as regras constitucionais e os entendimentos recentes do Supremo Tribunal Federal (STF):

a) A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira, não guardando relação com as peculiaridades dos cargos.

b) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes.

c) A Constituição obriga os entes federativos a seguirem regime jurídico único para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

d) Servidores públicos admitidos sob regime estatutário até 6/11/2024 poderão ter o regime transmudado para celetista, mediante regulamentação legal.

e) O membro do Poder Judiciário será remunerado exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, exceto se aprovado pela seu respectivo Conselho mediante maioria absoluta.

32. Em relação ao controle estatal sobre as contratações públicas e a admissão de pessoal, é correto afirmar que:

a) As contratações públicas devem seguir práticas de gestão de incidentes e de controle repressivo.

b) As contratações públicas sujeitar-se-ão a 3 linhas de defesa, fazendo parte da segunda linha o órgão central de controle interno da Administração, como as Controladorias-Gerais dos Estados.

c) Ao suspender cautelarmente o processo licitatório, o tribunal de contas deverá pronunciar-se definitivamente sobre o mérito daquela irregularidade no prazo de 25 dias úteis, prorrogável por igual período uma única vez.

d) Controle concomitante ou *pari passu* busca impedir a prática de atos ilegais, avaliando antes do início de sua prática.

e) O julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria está sujeito ao prazo decadencial de dez anos, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas.

33. Quanto aos recursos interpostos no bojo de licitação regida pela Lei 14.133/2021, é correto afirmar que:

a) seguem os mesmos preceitos contidos anteriormente na Lei 8.666/1993.

b) são apreciados em fase única.

c) o acolhimento implicará invalidação de todo o processo licitatório.

d) o exercício do direito de recorrer pode ocorrer a qualquer tempo até a declaração do licitante vencedor.

e) ao final do processo licitatório, a autoridade superior poderá anular a licitação, de ofício ou mediante provocação, caso seu objeto não afigure mais conveniente.

34. Assinale a alternativa que apresenta característica da Organização Social (Lei 9.637/1998):

a) tratar-se de ente privado revestido de finalidade lucrativa.

b) pertencer à Administração Pública indireta.

c) qualificação que depende diretamente de ato de competência do Ministro da Justiça.

d) exigência de comprovação de funcionamento há pelo menos três anos.

e) participação de representante do poder público no Conselho de Administração.

35. Acerca dos processos administrativos, assinale a alternativa que não contraria a Lei federal 9.784/1999 ou a jurisprudência do STF:

a) Admitem-se atos de avocação e delegação de competências apenas entre autoridades hierarquicamente subordinadas entre si.

b) É prescindível a presença de advogado para defesa técnica em sede de processo administrativo disciplinar.

c) A autoridade que julgar determinada questão no processo administrativo não poderá apreciá-la no recurso administrativo, a não ser que ocupando cargos distintos.

d) Há um limite de no máximo quatro recursos hierárquicos no processo administrativo.

e) As decisões de processos que resultaram na aplicação de sanções poderão ser revistas dentro do prazo máximo de cinco anos, observada a prescrição intercorrente trienal.

DIREITO PENAL

Renan Araújo

36. Analise as assertivas a seguir:

1. Coação moral irresistível
2. Adequação social da conduta
3. Atos reflexos
4. Inexigibilidade de conduta diversa

É correto afirmar que o fato típico restará excluído nos casos indicados em:

a) 1 e 2

b) 1 e 3

c) 2 e 3

d) 2 e 4

e) 3 e 4

37. José e Pedro praticaram, juntos, um fato tipificado como crime de corrupção ativa (art. 333 do CP), pois ofereceram vantagem indevida a determinado auditor-fiscal, para que este viesse a infringir seu dever funcional. Durante o processo, restou comprovado que José possuía doença mental e, em razão dela, não era inteiramente capaz de, ao tempo do fato, entender o caráter ilícito de seu comportamento, bem como restou comprovado que Pedro estava completamente embriagado pela imprudência na ingestão de álcool.

Nesse caso, é correto afirmar que:

a) ambos serão considerados inimputáveis

b) ambos serão considerados plenamente imputáveis

c) José é semi-imputável, mas Pedro é imputável

d) José é inimputável, mas Pedro é imputável, com redução de pena

e) José é inimputável, mas Pedro é imputável, sem redução de pena

38. Gilberto, auditor-fiscal, deixou, por indulgência, de punir subordinado que havia praticado falta funcional no exercício do cargo, embora tivesse atribuição legal para aplicar a referida penalidade.

Nesse caso, é correto afirmar que a conduta de Gilberto configura:

a) fato penalmente atípico, embora possa configurar falta funcional.

b) prevaricação.

c) corrupção passiva privilegiada.

d) condescendência criminosa.

e) advocacia administrativa.

39. Considera-se funcionário público, para fins penais, de acordo com o art. 327 do CP, "quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública".

Tendo isso em conta, é correto afirmar que se considera funcionário público, para fins penais:

a) apenas o ocupante de cargo público efetivo

b) o estagiário da secretaria de fazenda

c) o empregado público celetista, mas não o estagiário da secretaria de fazenda do município

d) o ocupante de cargo em comissão, mas não o empregado público celetista

e) o curador de pessoa interditada

40. Nos termos do Código Penal, são equiparados a documento público para fins penais aqueles elencados abaixo, exceto:

a) o título ao portador ou transmissível por endosso

b) o testamento particular

c) as ações de sociedade comercial

d) os livros mercantis

e) o cartão de crédito ou débito

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

41. Celebrado um negócio jurídico sujeito a uma condição impossível resolutiva, é correto afirmar que o negócio em questão deve se considerar:

a) válido.

b) nulo.

c) anulável.

d) ineficaz.

e) inexistente.

42. Ao manobrar seu veículo na garagem, Marcos, distraidamente, colidiu com o veículo pertencente à sua esposa, Elizabeth. O fato se deu em janeiro de 2017, sem que Elizabeth tenha pleiteado qualquer ressarcimento. Ocorre que, em outubro de 2021, Elizabeth descobriu que estava sendo traída por Marcos, o que levou o casal a se divorciar no mês seguinte. Após o divórcio, Elizabeth pretende ser ressarcida.

Com relação à pretensão de reparação civil de Elizabeth contra Marcos, é correto afirmar que:

a) prescreveu em janeiro de 2020.

b) prescreveu em janeiro de 2022.

c) prescreveu em novembro de 2024

d) prescreverá em novembro de 2026.

e) não se sujeita a prazo prescricional, e sim a prazo decadencial.

43. Com relação ao pagamento, assinale a alternativa correta.

a) O terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar, sub-rogando-se nos direitos do credor.

b) Só terá eficácia o pagamento que importar transmissão da propriedade, quando feito por quem possa alienar o objeto em que ele consistiu.

c) O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é válido, salvo se provado depois que não era credor.

d) É ilícito convencionar o aumento progressivo de prestações sucessivas.

e) Se o pagamento consistir na tradição do imóvel, far-se-á no domicílio do devedor.

44. Após invadir o imóvel pertencente a Pedro, que na ocasião se encontrava abandonado, Lúcio iniciou a plantação de uma safra de soja. Além disso, substituiu uma cerca decrépita. Ocorre que durante sua permanência no imóvel, ocorreu uma inundação que destruiu um celeiro que lá existia. Três anos após a invasão, Pedro conseguiu, por força de uma sentença judicial, retomar a posse do imóvel.

Com relação aos direitos e à responsabilidade de Lúcio, é correto afirmar:

a) Lúcio terá direito à safra de soja, se pendente ou se colhida.

b) Lúcio terá direito à safra de soja, se colhida.

c) Lúcio terá direito ao reembolso pelas despesas de custeio da safra de soja.

d) Lúcio não terá direito de cobrar indenização pela substituição da cerca.

e) Lúcio responderá pelo prejuízo resultante da destruição do celeiro.

45. Com relação ao regime de bens, assinale a alternativa correta.

a) É obrigatório o regime da separação de bens no casamento das pessoas com deficiência mental.

b) A falta de autorização do cônjuge para alienar bem imóvel tornará anulável o ato praticado, podendo o outro cônjuge pleitear-lhe a anulação, até dois anos da prática do ato.

c) É nulo o pacto antenupcial, se não lhe seguir o casamento.

d) No regime da comunhão parcial, entram na comunhão os bens adquiridos por fato eventual.

e) No regime da comunhão universal, entram na comunhão os bens doados com cláusula de incomunicabilidade.

ECONOMIA

Celso Natale

46. Considere as situações a seguir:

I) Em determinada economia, existem diversas marcas de sorvete. Apesar de nenhuma dessas marcar deter uma parcela expressiva do mercado, algumas são mais apreciadas pelos consumidores, o que pode ser observado em seus preços um pouco superiores à média.

II) A empresa “Só Natal” usa um componente muito específico que só é utilizada em seus artigos de natal. Esse ingrediente, por sua vez, é produzido por várias empresas, que só vendem essa peça para a “Só Natal”.

Os tipos de estrutura de mercado apresentados em I e II são, respectivamente, conhecidos como

a) concorrência monopolística e monopólio.

b) monopólio e oligopólio.

c) concorrência monopolística e oligopólio.

d) oligopsônio e monopsônio.

e) concorrência monopolística e monopsônio.

47. Considere uma economia que apresente os seguintes valores para alguns dos agregados macroeconômicos:

- Produto Interno Bruto a preço de mercado = $500
- Impostos Indiretos = $40
- Depreciação = $15
- Subsídio = $5
- Renda Líquida Enviada ao Exterior = $55

O Produto Interno Líquido a custo de fatores é

a) 400

b) 450

c) 500

d) 550

e) 600

48. Os registros de pagamentos pelo uso de patentes e marcas, os gastos de turistas no país, o pagamento de juros ao exterior e o investimento direto estrangeiro devem estar registrados, respectivamente, em:

a) Balança de Serviços, Balança de Serviços, Balança de Rendas e Conta Financeira.

b) Balança de Rendas, Balança Comercial, Balança de Serviços e Conta Financeira.

c) Balança de Serviços, Conta Financeira, Balança de Serviços e Conta Financeira.

d) Balança Comercial, Conta Financeira, Balança de Serviços e Balança de Serviços.

e) Conta Financeira, Balança Comercial, Balança de Serviços e Balança de Serviços.

49. O efeito de um aumento na base monetária sobre o volume de meios de pagamento será tanto mais significativo quanto:

a) menor for a proporção de reservas em relação aos depósitos à vista nos bancos.

b) maior for a proporção de reservas em relação aos depósitos à vista nos bancos.

c) menor for a parte dos meios de pagamento mantida como depósitos à vista nos bancos.

d) maior for a taxa de juros praticada no mercado de capitais.

e) maior for o percentual dos depósitos compulsórios exigidos dos bancos comerciais pelo Banco Central.

50. Em um país onde a inflação é elevada devido à insuficiência da oferta agregada para atender à demanda agregada, uma possível medida de política governamental para estabilizar a economia seria:

a) Expandir a oferta de moeda para provocar um aumento na taxa de juros da economia.

b) Reduzir as alíquotas de impostos que incidem sobre a renda.

c) Diminuir os gastos do governo.

d) Comprar títulos da dívida pública no mercado pelo Banco Central.

e) Desvalorizar a moeda nacional para incentivar as importações.

FINANÇAS PÚBLICAS

Amanda Aires

51. Qual das alternativas a seguir corresponde à principal função da política fiscal?

a) Garantir a estabilidade do sistema bancário.

b) Controlar a oferta monetária no mercado.

c) Promover a redistribuição de renda, estabilização econômica e alocação eficiente de recursos.

d) Estabelecer regras para o comércio exterior.

e) Determinar o câmbio flutuante em uma economia.

52. Qual é a principal fonte de receita corrente para o governo em finanças públicas?

a) Emissão de moeda.

b) Arrecadação de impostos.

c) Venda de títulos da dívida pública.

d) Receitas de privatizações.

e) Recebimentos de doações internacionais.

53. O que representa o déficit primário em finanças públicas?

a) O total de despesas públicas, incluindo os juros da dívida pública.

b) A diferença entre receitas e despesas do governo, excluindo o pagamento de juros.

c) O saldo negativo da balança comercial do país.

d) O total de gastos em infraestrutura em relação ao PIB.

e) O valor da dívida pública bruta.

54. Qual é a finalidade principal da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no Brasil?

a) Eliminar completamente a dívida pública do país.

b) Promover maior eficiência na gestão de recursos privados.

c) Estabelecer normas para garantir equilíbrio fiscal e transparência na gestão pública.

d) Regular a política monetária conduzida pelo Banco Central.

e) Controlar a inflação por meio da restrição de crédito.

55. Qual é o impacto direto de um superávit primário?

a) Reduz a necessidade de emissão de títulos para financiar o governo.

b) Aumenta automaticamente os gastos sociais do governo.

c) Eleva os níveis de endividamento público.

d) Provoca inflação devido ao aumento de gastos públicos.

e) Desvaloriza a moeda nacional no mercado internacional.

DIREITO EMPRESARIAL

Cadu Carillo

56. Um dos institutos complementares é o chamado Nome Empresarial, cada tipo societário pode adotar uma das opções legais de nome empresarial disponíveis na lei. A partir dessa premissa, marque a opção que está de acordo com a lei:

a) Considera-se nome empresarial a firma ou a denominação adotada para o exercício de empresa e equipara-se ao nome empresarial, para os efeitos da proteção da lei, a denominação das sociedades simples, associações e fundações.

b) O empresário opera sob razão social constituída por seu nome, completo ou abreviado, aditando-lhe, se quiser, designação mais precisa da sua pessoa ou do gênero de atividade.

c) A sociedade em que houver sócios de responsabilidade limitada operará sob firma, na qual somente os nomes daqueles poderão figurar, bastando para formá-la aditar ao nome de um deles a expressão "e companhia" ou sua abreviatura.

d) Pode a sociedade limitada adotar firma ou denominação, integradas pela palavra final "limitada" ou a sua abreviatura, sendo que a firma será composta com o nome de um ou mais sócios, desde que pessoas físicas, de modo indicativo da relação social e a denominação pode designar o objeto da sociedade, não sendo permitido nela figurar o nome de um ou mais sócios.

e) A sociedade anônima opera sob denominação integrada pelas expressões ‘sociedade anônima’ ou ‘companhia’, por extenso ou abreviadamente, deve conter a designação do objeto social, e ainda, pode constar da denominação o nome do fundador, acionista, ou pessoa que haja concorrido para o bom êxito da formação da empresa.

57. A respeito da escrituração do empresário e da sociedade empresária com normas previstas no Código Civil, marque a única opção que coaduna com a legislação atualmente em vigor:

a) O empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar semestralmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

b) Além dos demais livros exigidos por lei, é indispensável o Diário, que pode ser substituído por fichas no caso de escrituração mecanizada ou eletrônica e a adoção de fichas não dispensa o uso de livro apropriado para o lançamento do balanço patrimonial e do de resultado econômico.

c) Salvo disposição especial de lei, os livros obrigatórios e, se for o caso, as fichas, antes de postos em uso, não precisam ser autenticados, já que a prática contábil por contabilista regularmente habilitado é premida de fé pública.

d) A escrituração será feita em idioma e moeda corrente nacionais e em forma contábil, por ordem cronológica de dia, mês e ano, sem intervalos em branco, nem entrelinhas, borrões, rasuras, emendas ou transportes para as margens, não é permitido o uso de código de números ou de abreviaturas.

e) No Diário serão lançadas, com individuação, clareza e caracterização do documento respectivo, dia a dia, por escrita direta ou reprodução, todas as operações relativas ao exercício da empresa não se admitido a escrituração resumida do Diário.

58. Dentre os valores mobiliários que podem ser emitidos pelas sociedades anônimas estão as debêntures. Pela lei, a companhia poderá emitir debêntures que conferirão aos seus titulares direito de crédito contra ela, nas condições constantes da escritura de emissão e, se houver, do certificado. A respeito desse tema, analise os itens abaixo e depois marque a opção correta:

I - A deliberação sobre emissão de debêntures é da competência privativa da assembléia-geral, que deverá fixar, dentre outros, observado o que a respeito dispuser o estatuto, o valor da emissão ou os critérios de determinação do seu limite, e a sua divisão em séries, se for o caso; o número e o valor nominal das debêntures; e as garantias reais ou a garantia flutuante, se houver;

II - O conselho de administração ou a diretoria poderão deliberar sobre a emissão de debêntures não conversíveis em ações, exceto se houver disposição estatutária em contrário.

III - O estatuto da companhia aberta poderá autorizar o conselho de administração a, dentro dos limites do capital autorizado, deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações, especificando o limite do aumento de capital decorrente da conversão das debêntures, em valor do capital social ou em número de ações, e as espécies e classes das ações que poderão ser emitidas.

São verdadeiros os itens:

a) I e II, apenas.

b) I, II e III.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) Nenhum.

59. Cássio possui um crédito junto à empresa Donuts LTDA. Essa empresa teve a sua falência decretada. Agora Cássio precisa ficar atento para ver se seu crédito vai constar no rol de credores do quadro feito, caso seu crédito não esteja lá elencado, deverá fazer a correta e adequada habilitação. A respeito dessa situação, marque a opção que está correta:

a) A verificação dos créditos será realizada pelo juiz, com base nos livros contábeis e documentos comerciais e fiscais do devedor e nos documentos que lhe forem apresentados pelos credores, podendo contar com o auxílio de profissionais ou empresas especializadas.

b) Após a publicação do primeiro edital contendo a relação nominal de credores, em que se discrimine o valor atualizado e a classificação de cada crédito, os credores terão o prazo de quinze dias para apresentar ao administrador judicial suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos relacionados.

c) O administrador judicial, com base nas informações e documentos colhidos fará publicar edital contendo a relação de credores no prazo de trinta dias, contado do fim do prazo do edital inicial, devendo indicar o local, o horário e o prazo comum em que as pessoas indicadas terão acesso aos documentos que fundamentaram a elaboração dessa relação.

d) Na falência, após realizadas as intimações e publicado o edital, o juiz instaurará, a pedido, para cada Fazenda Pública credora, incidente de classificação de crédito público e, entendo pertinente o pedido, determinará a sua intimação eletrônica para que, no prazo de trinta dias, apresente diretamente ao administrador judicial ou em juízo, a depender do momento processual, a relação completa de seus créditos inscritos em dívida ativa, acompanhada dos cálculos, da classificação e das informações sobre a situação atual.

e) Os créditos junto às Fazendas Públicas não definitivamente constituídos, não inscritos em dívida ativa ou com exigibilidade suspensa não poderão ser informados em momento posterior.

60. Sobre a alienação fiduciária em garantia de bens imóveis. Está certa a propositura apresentada na alternativa:

a) A alienação fiduciária regulada pela lei é o negócio jurídico pelo qual o fiduciante, com o escopo de garantia de obrigação própria ou de terceiro, contrata a transferência ao credor, ou fiduciário, da posse de coisa imóvel.

b) A alienação fiduciária somente pode ser contratada por pessoa física, não sendo privativa das entidades que operam no SFI, podendo ter como objeto, além da propriedade plena bens enfitêuticos, hipótese em que será exigível o pagamento do laudêmio, se houver a consolidação do domínio útil no fiduciário; o direito de uso especial para fins de moradia; e o direito real de uso, desde que suscetível de alienação;

c) A alienação fiduciária da propriedade superveniente, adquirida pelo fiduciante, é suscetível de registro no registro de imóveis desde a data de sua celebração, tornando-se eficaz a partir do cancelamento da propriedade fiduciária anteriormente constituída.

d) Vencida e não paga a dívida, no todo ou em parte, e mesmo antes de ser constituído em mora o devedor e, se for o caso, o terceiro fiduciante, será consolidada, nos termos deste artigo, a propriedade do imóvel em nome do fiduciário.

e) O contrato de alienação fiduciária de bens imóveis poderá estabelecer o prazo de carência, após o qual será expedida a intimação, quando não for estabelecido o prazo de carência no contrato, este será de trinta dias.

AUDITORIA

Guilherme Santanna

61. Na utilização da amostragem em auditoria, o auditor definiu um valor monetário para obter um nível apropriado de segurança de que esse valor não fosse excedido pela distorção real na população. Nesse contexto, pode-se dizer que o auditor definiu o(a):

a) risco de amostragem.

b) distorção tolerável.

c) anomalia.

d) distorção esperada.

e) taxa tolerável de desvio.

62. Durante a aplicação de procedimentos analíticos substantivos, o auditor considerou diversos aspectos relevantes para determinar a confiabilidade dos dados a serem utilizados. Dentre esses aspectos, NÃO se inclui:

a) A fonte das informações disponíveis. Por exemplo, as informações podem ser mais confiáveis quando são obtidas de fontes independentes externas à entidade

b) A comparabilidade das informações disponíveis. É possível, por exemplo, que os dados de um setor amplo precisem ser complementados para serem comparáveis com os da entidade que produz e vende produtos especializados

c) A natureza e relevância das informações disponíveis. Por exemplo, se os orçamentos foram estabelecidos como resultados a serem esperados ou metas a serem alcançadas

d) Os controles sobre a elaboração das informações que são planejadas para assegurar sua integridade, precisão e validade. Por exemplo, os controles sobre a elaboração, revisão e manutenção de orçamentos

e) As relações entre itens individuais de demonstrações contábeis tradicionalmente considerados na auditoria de entidade.

63. Ao utilizar a amostragem nas análises a serem realizadas em um processo de auditoria, o auditor deve observar as seguintes regras, EXCETO:

a) executar procedimentos de auditoria, apropriados à finalidade, para cada item selecionado.

b) caso o procedimento de auditoria não seja aplicável ao item selecionado na amostra, o auditor deve executar o procedimento em um item que substitua o anteriormente selecionado.

c) se o auditor não puder aplicar os procedimentos de auditoria definidos ou procedimentos alternativos adequados em um item selecionado, deve tratar esse item como um desvio do controle previsto, no caso de testes de controles ou uma distorção, no caso de testes de detalhes.

d) ao aplicar testes de detalhes e de controles, o auditor deve projetar as distorções para a população para obter uma visão mais ampla da escala de distorção.

e) ao definir uma amostra de auditoria, o auditor deve considerar os fins específicos a serem alcançados e a combinação de procedimentos de auditoria que devem alcançar esses fins.

Gabarito: D

Comentário: todos os itens, com exceção da letra D, estão corretos. É que para testes de controles, não é necessária qualquer projeção explícita dos desvios uma vez que a taxa de desvio da amostra também é a taxa de desvio projetada para a população como um todo. Tal projeção é necessária apenas na aplicação dos testes de detalhes, segundo a NBC TA 530.

64. Em um procedimento de auditoria, o auditor evidenciou que, ao realizar a aquisição à vista de uma mercadoria, a entidade auditada realizou o seguinte lançamento contábil:

D. Mercadorias

C. Fornecedores a pagar

Nessa situação, o registro contábil configura

a) passivo fictício, que configura hipótese de presunção legal de omissão de receita.

b) ativo oculto, sujeito à multa pela autoridade fiscal.

c) superavaliação do patrimônio líquido.

d) fraude contra credores, sujeitando o contribuinte às sanções penais.

e) superavaliação de despesas.

65. No teste para subavaliação, o auditor parte do documento para o razão geral. Nesse sentido considere que: o Registro Final representa o último registro contábil antes do razão geral; o Registro Inicial é elaborado com base em documentos e representa o primeiro registro contábil em função da operação e que Registro Intermediário representa qualquer registro contábil elaborado entre os registros inicial e final. Nesse caso, avalie se os procedimentos básicos de auditoria do teste para subavaliação devem:

I. Selecionar e inspecionar o documento-suporte.

II. Verificar a inclusão do valor total do registro inicial no registro intermediário.

III. Conferir a soma do registro final.

Está correto o que se afirma em

a) I e III somente.

b) II e III somente

c) I, II e III.

d) I somente.

e) I e II somente.

CONTABILIDADE GERAL, AVANÇADA E DE CUSTOS

Silvio Sande

66. O Resultado do Exercício apresenta o montante obtido no período, podendo ser positivo ou negativo, utilizando como base as receitas e despesas auferidas. Assinale a única alternativa que apresenta um item que deve ser considerado para a apuração do Lucro Bruto do período:

a) Custo das mercadorias ou serviços vendidos.

b) Despesas financeiras.

c) Outras despesas operacionais.

d) Provisão para imposto de renda da pessoa jurídica.

e) Outras receitas.

67. O valor registrado no Patrimônio Líquido da empresa S2 S.A. era, em 31/12/2023, R$ 80.000.000,00. A empresa SS S.A. adquiriu, nessa data, 80% do total das ações da S2 S.A. e passou a deter o seu controle. O valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da S2 S.A. era, em 31/12/2023, R$ 90.000.000,00, e o preço pago pela SS S.A. pela aquisição foi R$ 84.000.000,00.

A composição da conta Investimentos no balanço individual da empresa SS S.A., referente exclusivamente à aquisição da participação citada, era, na data da aquisição:

a) Valor total = R$ 64.000.000,00.

b) Valor da Equivalência Patrimonial = R$ 64.000.000,00; Mais valia = R$ 10.000.000,00 e Ágio na aquisição = R$ 10.000.000,00.

c) Valor da Equivalência Patrimonial = R$ 64.000.000,00 e Ágio na aquisição = R$ 10.000.000,00.

d) Valor da Equivalência Patrimonial = R$ 72.000.000,00 e Ágio na aquisição = R$ 12.000.000,00.

e) Valor da Equivalência Patrimonial = R$ 64.000.000,00; Mais valia = R$ 8.000.000,00 e Ágio na aquisição = R$ 12.000.000,00.

68. Em 15/12/2023, uma empresa realizou uma venda a prazo no valor total de US$ 100.000,00. Sabendo que a taxa de câmbio em 15/12/2023 era R$ 3,00/US$, em 31/12/2023 era R$ 3,50/US$ e a taxa de câmbio média do mês de dezembro de 2023 foi R$ 3,20/US$, a empresa reconheceu, no mês de dezembro de 2023, uma Receita de Vendas de

a) R$ 300.000,00 e Receita Financeira de R$ 20.000,00.

b) R$ 350.000,00, apenas.

c) R$ 320.000,00, apenas.

d) R$ 320.000,00 e Receita Financeira de R$ 30.000,00.

e) R$ 300.000,00 e Receita Financeira de R$ 50.000,00.

69. A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) evidencia todas as transações que ocorreram nas contas do patrimônio líquido durante o exercício social, partindo do saldo no início do ano e, de forma cronológica, chegando ao saldo no final do ano. Assinale a alternativa que indica um fato que não afeta o patrimônio total de uma entidade.

a) Acréscimo por subscrição e integralização de capital.

b) Ajuste de avaliação patrimonial.

c) Reversões de reservas patrimoniais para a conta de lucros ou prejuízos acumulados.

d) Acréscimo pelo lucro ou redução pelo prejuízo líquido do exercício.

e) Redução por pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio.

70. A Cia. S2 S/A detém 60% do capital total da controlada, a Cia. SS S/A,. As companhias apresentaram os seguintes balanços patrimoniais, encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Ativo	**Cia. S2**	**Cia SS**
Caixa	40.000,00	28.000,00
Banco	80.000,00	52.000,00
Títulos a receber	75.000,00	24.000,00
Ações da Cia. Rosa	20.000,00	
Imobilizado	90.000,00	31.000,00
Total	**305.000,00**	**135.000,00**
Duplicatas a pagar	78.000,00	48.000,00
Dívidas trabalhistas	32.000,00	19.000,00
Empréstimo	28.000,00	18.000,00
Capital	95.000,00	40.000,00
Reservas	72.000,00	10.000,00
Total	**305.000,00**	**135.000,00**

Após a consolidação do balanço patrimonial das duas companhias, pode-se afirmar que o valor da conta participação, de acionistas não controladores, em reais, é de

a) 10.000,00.

b) 20.000,00.

c) 30.000,00.

d) 40.000,00.

e) 50.000,00.

71. A SS S.A. é uma empresa do segmento comercial que revende mercadorias adquiridas de terceiros. Em agosto de 2023, a empresa registrou receita líquida de vendas total de R$ 800.000,00, sendo que os tributos incidentes sobre a receita somaram o valor de R$ 120.000,00. O custo correspondente das mercadorias vendidas no período foi de R$ 360.000,00 e seus tributos recuperáveis, que estavam originalmente inclusos no preço de aquisição das referidas mercadorias, foram de R$ 60.000,00. No período, a empresa incorreu ainda em gastos com energia elétrica no valor de R$ 40.000,00, com remuneração direta de pessoal no valor de R$ 160.000,00, com depreciação no valor de R$ 20.000,00 e com aluguel no valor de R$ 85.000,00. Com base apenas nessas informações e na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é correto afirmar que o valor adicionado bruto da empresa SS S.A., em 31 de agosto de 2023, foi de:

a) R$ 300.000,00

b) R$ 195.000,00

c) R$ 400.000,00

d) R$ 460.000,00

e) R$ 280.000,00

72. Assinale a alternativa que indique um fluxo de caixa da Atividade de Investimento evidenciado na Demonstração dos Fluxos de Caixa

a) Pagamento de dividendos aos acionistas.

b) Compra de terrenos para futura expansão.

c) Pagamento de juros sobre empréstimos.

d) Obtenção de empréstimos de longo prazo.

e) Recebimento de dividendos de investimentos em subsidiárias.

73. Considerando-se o gráfico do ponto de equilíbrio, quanto mais afastado para cima estiver o volume de receitas atuais da empresa em relação ao seu ponto de equilíbrio, tanto maior será sua:

a) alavancagem operacional.

b) margem de segurança.

c) área de prejuízo.

d) soma de custos e despesas variáveis.

e) capacidade de produção.

74. A Cia S2 que fabrica um único produto, cujos custos e despesas variáveis são de R$ 400,00 a unidade, recebeu uma proposta de exportação de 1.000 unidades por um preço de venda de R$ 440,00. O preço de venda no mercado interno é de R$ 520,00, excluindo impostos. Os custos e despesas fixos montam a R$ 400.000,00 e as vendas no mercado interno são estimadas em 6000 unidades. Sabendo-se que a capacidade produtiva da S2 é de 10.000 unidades, assinale a afirmativa **correta**.

a) Deve aceitar o pedido de exportação ao preço de R$ 440,00, porque a margem de contribuição unitária é positiva.

b) Não deve aceitar o pedido de exportação, porque a soma de custos e despesas unitárias é superior a R$ 440,00.

c) Deve aceitar o pedido de exportação, porque passará a ter lucro com essa venda.

d) Não deve aceitar o pedido de exportação, porque o preço de venda é inferior ao do mercado interno.

e) Deve aceitar o pedido de exportação, somente se o preço aumentar para R$ 520,00.

75. Uma empresa que apura seus custos para controle, através do sistema de custo-padrão, previu que gastaria no período 10 kg de matéria prima a um custo unitário de R$ 40.000,00, para produzir uma unidade de um determinado produto. O padrão estabelecido para a mão de obra direta foi de 40 horas-padrão de mão de obra com um custo unitário de R$ 10.000,00. Ao final do período, com relação ao material, a empresa constatou que economizou 30% com relação ao preço da matéria prima, mas gastou 30% a mais do material previsto. Já com relação a mão de obra direta, a empresa constatou ter gasto 40% a mais com relação ao custo hora da mão de obra direta; no entanto, economizou 40% com relação ao tempo de mão de obra estimada por unidade do produto fabricado.

De acordo com as informações, a variação total entre o custo real e o custo-padrão, envolvendo matéria prima e mão de obra direta, é:

a) R$ 120.000,00 Desfavorável

b) R$ 180.00,00 Favorável

c) R$ 180.000,00 Desfavorável

d) R$ 100.000,00 Favorável

e) R$ 100.000,00 Desfavorável

CONTABILIDADE PÚBLICA

Gilmar Possati

76. Tendo como base a NBC TSP – Estrutura Conceitual, julgue as assertivas abaixo:

I – A principal função dos governos e de outras entidades do setor público é a de gerar benefícios econômicos e, consequentemente, gerar fluxos de caixas positivos decorrentes de transações com contraprestação para dar suporte às políticas públicas.

II – As características qualitativas se aplicam a todas as informações financeiras e não financeiras apresentadas nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral (RCPGs), inclusive às informações histórica e prospectiva, além da informação explicativa.

III – A definição de ativo exige que o recurso controlado pela entidade no presente tenha surgido de transação ou outro evento passado.

Estã(ão) correto(s):

a) II, apenas.

b) I, apenas.

c) II e III, apenas.

d) I e II, apenas.

e) I, II e III.

77. Acerca das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, julgue as assertivas a seguir:

I – O balanço financeiro é uma demonstração contábil aplicável ao setor público, conforme previsto na NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

II – A Lei n. 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

III – O balanço patrimonial será elaborado utilizando-se as classes 1 e 2 do PCASP.

Está(ão) correto(s):

a) III, apenas.

b) II e III, apenas.

c) I, apenas.

d) I e II, apenas

e) I, II e III.

78. Acerca dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assinale a opção correta:

a) o ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é reconhecido inicialmente com base no valor justo.

b) os bens do patrimônio cultural devem ser reconhecidos pelo valor justo.

c) os ativos de infraestrutura não devem ser reconhecidos, devido a dificuldade em se chegar a uma estimativa confiável de valor.

d) Os estoques adquiridos por meio de transação sem contraprestação devem ser mensurados pelo seu valor justo na data da aquisição.

e) Os bens do almoxarifado podem ser mensurados pelo critério Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair (PEPS), nos termos da Lei n. 4.320/64.

79. Assinale a opção que indica a correta contabilização, no âmbito da natureza de informação orçamentária, de uma arrecadação de tributos concomitante ao fato gerador.

a)

Débito 1.1.1.x.x.xx.xx Caixa e Equivalente de Caixa (F)

Crédito 4.1.1.x.x.xx.xx VPA – Impostos

b)

Débito 4.1.1.x.x.xx.xx VPA – Impostos

Crédito 1.1.1.x.x.xx.xx Caixa e Equivalente de Caixa (F)

c)

Débito 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar

Crédito 6.2.1.2.x.xx.xxReceita Realizada

d)

Débito 6.2.1.2.x.xx.xx Receita Realizada

Crédito 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar

e)

Débito 7.2.1.1.x.xx.xx Controle da Disponibilidade de Recurso

Crédito 8.2.1.1.x.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recurso

80. O Município Audazes dos Pampas apresentou as seguintes variações patrimoniais em um determinado exercício (em R$ mil):

Receita tributária	100
Pagamento por aquisição de bens imóveis	12
Despesas empenhadas, não liquidadas	5
Despesas empenhadas, liquidadas e pagas	10
Perdas com alienação de bens imóveis	15
Perdas com desvalorização de ativos	10
Aquisição de material de consumo à vista	20
Aquisição de material permanente	14
Depreciação de ativos	16
Ganhos na reavaliação de bens	24

Considerando-se apenas os dados fornecidos, o resultado patrimonial do período, apurado na Demonstração de Variações Patrimoniais, correspondeu, em R$ (mil), a

a) 68

b) 70

c) 73

d) 55

e) 49

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fernando Maurício

81. Entre as situações abaixo, a única que, necessariamente, se submete ao Princípio da Legalidade é:

a) Redução e restabelecimento de alíquota da CIDE-Combustíveis.

b) Fixação de alíquota do ICMS-Combustível.

c) Alteração da alíquota do IOF.

d) Alteração da alíquota do IR.

e) Alteração de Prazo de Recolhimento de Tributo.

82. Em relação aos conceitos, classificações, princípios e imunidades tributários, indique a alternativa correta.

a) Pode o Presidente da República editar, em caso de relevância e urgência, medida provisória, com força de lei, para instituir imposto sobre grandes fortunas.

b) A União, os Estados, e o Distrito Federal, poderão instituir, na iminência ou no caso de guerra externa, Impostos extraordinários de Guerra.

c) Todas as contribuições, sem exceção, sujeitam-se à lei complementar de normas gerais.

d) Alíquotas *"ad valorem"* são aquelas que incidem sobre uma unidade de medida específica.

e) Livros digitais e os equipamentos eletrônicos destinados à sua leitura são imunes à incidência de tributos.

83. Em relação ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU, indique a alternativa correta.

a) É inconstitucional a fixação de adicional progressivo do imposto predial e territorial urbano em função do número de imóveis do contribuinte.

b) O IPTU não pode ter sua base de cálculo atualizada pelo Poder Executivo, ainda que conforme critérios estabelecidos em lei municipal.

c) A adoção do IPTU progressivo no tempo é a última medida a ser tomada pelo Poder Público no caso do não cumprimento da função social da propriedade urbana.

d) A restrição à utilização da propriedade referente a área de preservação permanente em parte do imóvel urbano afasta a incidência do IPTU.

e) A partir da EC 29/00, o IPTU não poderá ser progressivo em razão do valor do imóvel.

84. Em relação à legislação tributária, julgue os itens a seguir:

I-) Em relação ao ICMS, resolução do Congresso Nacional, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos congressistas, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação.

II-) Segundo o CTN, os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas são normas complementares da legislação tributária.

III-) À exceção do ICMS, II, IE e IBS, nenhum outro tributo poderá incidir sobre operações relativas a energia elétrica e serviços de telecomunicações.

Está correto o que se afirma em:

a) I, apenas.

b) I e III, apenas.

c) II, apenas

d) I, II e III.

e) III, apenas.

85. Em relação à obrigação tributária, fato gerador, sujeito passivo e sujeito ativo, julgue os itens a seguir, indicando o **incorreto**.

a) A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

b) A Obrigação acessória tem por objeto o pagamento de juros, multas e acréscimos financeiros, enquanto a obrigação principal tem por objeto o pagamento de tributos.

c) A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

d) Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.

e) Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

86. Sobre a responsabilidade tributária, julgue os itens a seguir, indicando o correto.

a) São solidariamente responsáveis o adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos.

b) São pessoalmente responsáveis as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua fato gerador da obrigação principal.

c) São solidariamente responsáveis o espólio, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da abertura da sucessão.

d) São pessoalmente responsáveis o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão do legado ou da meação.

e) A interrupção da prescrição a favor de um dos obrigados prejudica aos demais

87. Conforme prevê a Constituição Federal, em relação às novidades trazidas pela Reforma Tributária, o Sistema Tributário Nacional deve observar diversos princípios, exceto:

a) da simplicidade.

b) da transparência.

c) da justiça tributária.

d) da economicidade.

e) e da defesa do meio ambiente.

88. Conforme dispõe a Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 132/2023, julgue os itens a seguir:

I-) O produto da arrecadação do IBS e da CBS, incidentes sobre operações contratadas pela administração pública direta, por autarquias e por fundações públicas, inclusive suas importações, será integralmente destinado ao ente federativo contratante, mediante redução a zero das alíquotas do imposto e da contribuição devidos aos demais entes e equivalente elevação da alíquota do tributo devido ao ente contratante.

II-) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre entidades religiosas e templos de qualquer culto, exceto suas organizações assistenciais e beneficentes.

III-) É possível o Imposto Seletivo ter a mesma Base de Cálculo e o mesmo Fato Gerador do IBS – Imposto sobre Bens e Serviços.

Está correto o que se afirma em:

a) I, apenas.

b) I e III, apenas.

c) II, apenas

d) I, II e III.

e) III, apenas.

89. Assinale a alternativa que apresente corretamente uma característica do IBS – Imposto sobre Bens e Serviços:

a) Será instituído por meio de Lei Ordinária Federal.

b) Será instituído por meio de Lei Ordinária Estadual.

c) integrará sua própria Base de Cálculo.

d) Lei Complementar definirá sua alíquota de referência, que será aplicada se outra não houver sido estabelecida pelo próprio ente federativo.

e) Lei complementar poderá definir como sujeito passivo do imposto a pessoa que concorrer para a realização, a execução ou o pagamento da operação, ainda que residente ou domiciliada no exterior.

90. Como regra, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades. Neste cenário, assinale a alternativa correta:

a) É vedada a divulgação de informações relativas a representações fiscais para fins penais.

b) É vedada a divulgação de informações relativas inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública.

c) Não é vedada a divulgação de informações relativas movimentação financeira da empresa.

d) Não é vedada a divulgação de informações relativas relacionamentos comerciais da empresa.

e) Não é vedada a divulgação de informações relativas a incentivo, renúncia, benefício ou imunidade de natureza tributária cujo beneficiário seja pessoa jurídica.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

FEDERAL

Fábio Dutra

91. Considere a situação hipotética: João é proprietário de um imóvel rural de 25 hectares, localizado em um município que não está compreendido na Amazônia Ocidental, no Pantanal mato-grossense e sul-mato-grossense, nem no Polígono das Secas ou na Amazônia Oriental. Ele explora a terra apenas com o auxílio de sua família e não possui outro imóvel, seja rural ou urbano. Com base na Lei nº 9.393/1996, em relação ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), João:

a) Deve recolher o ITR, pois sua propriedade não se enquadra como pequena gleba rural.

b) Está isento do ITR, pois sua propriedade atende aos requisitos para isenção.

c) É imune ao ITR, pois sua propriedade é considerada pequena gleba rural.

d) Deve recolher o ITR, pois possui área inferior a 50 hectares.

e) Está isento do ITR, mesmo que possua outro imóvel urbano.

92. Considerando as disposições do Regulamento do Imposto de Renda (Decreto 9580/2018), assinale a alternativa incorreta:

a) Não será admitida quota de depreciação referente a bens que normalmente aumentam de valor com o tempo, como obras de arte ou antiguidades.

b) A quota anual de depreciação será ajustada proporcionalmente na hipótese de período de apuração com prazo de duração inferior a doze meses.

c) A taxa anual de depreciação será fixada em função do prazo durante o qual se possa esperar utilização econômica do bem pelo contribuinte.

d) Os terrenos podem ser depreciados, desde que estejam localizados em área urbana.

e) A depreciação de bens usados pode ser determinada em função do prazo de vida útil restante.

93. Considerando as regras da legislação tributária sobre os contribuintes da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, assinale a alternativa incorreta:

a) As empresas comerciais exportadoras são contribuintes da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.

b) As entidades em regime de falência são contribuintes da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins durante o período de realização de ativo e pagamento de passivo.

c) As sociedades de economia mista e suas subsidiárias são contribuintes da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.

d) As sociedades civis de profissões legalmente regulamentadas estão isentas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.

e) As sociedades em conta de participação devem recolher as contribuições para o PIS/Pasep e Cofins, cabendo ao sócio ostensivo efetuar o pagamento.

94. Em relação ao cálculo da estimativa mensal do IRPJ, segundo as regras do lucro real, qual é o percentual aplicado sobre a receita bruta para as pessoas jurídicas cujas atividades sejam de administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza, conforme o Decreto 9.580/2018?

a) 8%

b) 1,6%

c) 16%

d) 32%

e) 20%

95. Sobre o conceito de receita bruta e líquida conforme o Decreto 9.580/2018, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

( ) A receita líquida é obtida após a dedução das devoluções e vendas canceladas, dos descontos concedidos, tributos sobre a receita bruta e ajustes a valor presente.

( ) Os tributos cobrados destacadamente do comprador ou do contratante devem sempre ser incluídos na receita bruta.

( ) A receita bruta compreende, entre outros, o resultado auferido nas operações de conta alheia.

a) V, V, F

b) F, V, V

c) V, F, V

d) F, F, V

e) V, F, F

96. Considerando as disposições do Decreto 9.580/2018 sobre a responsabilidade tributária em operações de cisão, fusão e incorporação, assinale a alternativa correta:

a) Apenas a sociedade que se funde com outra ficará responsável pelo imposto sobre a renda devido pela sociedade extinta.

b) A pessoa jurídica que incorporar outra será responsável pelo imposto sobre a renda devido pela sociedade incorporada, juntamente com os sócios da sociedade incorporada.

c) Em caso de cisão parcial, a responsabilidade pelo imposto sobre a renda cabe exclusivamente à sociedade cindida.

d) As sociedades que receberem parcelas do patrimônio da pessoa jurídica extinta por cisão respondem solidariamente entre si pelo imposto sobre a renda devido pela sociedade cindida.

e) Os sócios de uma sociedade extinta por cisão parcial respondem solidariamente pelo imposto sobre a renda devido.

97. Com base no Decreto 9.580/2018, que regulamenta a tributação de rendimentos de aluguéis, assinale a alternativa incorreta:

a) Os rendimentos decorrentes de aluguéis pagos por pessoas jurídicas a pessoas físicas estão sujeitos à incidência do imposto sobre a renda na fonte.

b) As despesas de condomínio são dedutíveis da base de cálculo do imposto sobre a renda.

c) O valor dos impostos, taxas e emolumentos incidentes sobre o bem que produz o rendimento não deve ser adicionado à base de cálculo do imposto.

d) Os rendimentos pagos por pessoa jurídica a pessoa física devem ser tributados conforme as tabelas progressivas do IRPF.

e) A sublocação de imóvel inclui o valor do aluguel pago ao proprietário na base de cálculo do imposto.

98. Considere a situação hipotética: A empresa TechAdvance, com sede no Brasil, firmou um contrato com a empresa InnovateTech, sediada no exterior, para a transferência de tecnologia e assistência técnica. A TechAdvance pagou à InnovateTech uma quantia mensal a título de royalties e remuneração pela assistência técnica. De acordo com a Lei 10168/2000, sobre quais valores incide a CIDE-Royalties?

a) Apenas sobre a remuneração pela assistência técnica.

b) Apenas sobre os royalties pagos.

c) Sobre os valores pagos tanto a título de royalties quanto de assistência técnica.

d) Apenas sobre a licença de uso de marcas.

e) Não há incidência de CIDE-Royalties, pois o contrato é entre empresas de países diferentes.

99. O Decreto 7.212/2010 Regulamenta a cobrança, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI. De acordo com o texto dessa norma, o valor tributável dos produtos nacionais, para fins de cálculo do imposto, compreende:

a) O valor total da operação de saída do estabelecimento industrial ou equiparado a industrial.

b) Apenas o preço do produto, sem incluir frete ou despesas acessórias.

c) O valor da matéria-prima utilizada na fabricação do produto.

d) O valor aduaneiro, acrescido dos tributos e encargos cambiais.

e) O valor de mercado estimado do produto.

100. Considerando as disposições sobre o fato gerador do ITR na Lei nº 9.393/1996, assinale a alternativa correta:

a) O fato gerador do ITR é a transmissão da propriedade de imóvel rural localizado na zona urbana do município.

b) O ITR tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel rural em 1º de janeiro de cada ano.

c) O ITR incide sobre os imóveis rurais, independentemente da localização ou extensão territorial.

d) O ITR é apurado e devido mensalmente pelos proprietários de imóveis rurais.

e) O ITR não incide sobre imóveis rurais enquanto não transferida a propriedade.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

ESTADUAL (CONHECIMENTOS GERAIS)

Eduardo da Rocha

91. De acordo com a lei Kandir, o creditamento de ativo permanente sofre limitações. Desta forma, foge da regra geral, tendo sido criadas regras próprias. Sobre o tema, assinale a opção incorreta.

a) o quociente de 1/48, utilizado para cálculo do imposto a ser creditado será proporcionalmente aumentado ou diminuído, "pro rata die", caso a mercadoria não entre no estabelecimento no primeiro dia do mês.

b) a apropriação do crédito será feita à razão de um quarenta e oito avos por mês, devendo a primeira fração ser apropriada no mês em que ocorrer a entrada no estabelecimento.

c) em cada período de apuração do imposto, não será admitido o creditamento em relação à proporção das operações de saídas ou prestações isentas ou não tributadas sobre o total das operações de saídas ou prestações efetuadas no mesmo período.

d) ao final do quadragésimo oitavo mês contado da data da entrada do bem no estabelecimento, o saldo remanescente do crédito será cancelado.

e) Na hipótese de alienação dos bens do ativo permanente, antes de decorrido o prazo de quatro anos contado da data de sua aquisição, não será admitido, a partir da data da alienação, o creditamento em relação à fração que corresponderia ao restante do quadriênio.

92. Sr. João, residente em Porto Alegre-RS, adquiriu, no dia 15/11/2024, um videogame para seu filho diretamente dos Estados Unidos. A mercadoria saiu da loja americana em direção ao Porto de Baltimore (EUA) em 17/11/2024, chegando ao Porto de Santos em 01/12/2024. O desembaraço aduaneiro ocorreu em 10/12/2024, mas cruzou a fronteira, entrando no Estado do Rio Grande do Sul, somente em 15/12/2024. Finalmente, em 17/12/2024, Sr. João recebeu o videogame e pode presentear seu filho.

Segundo a legislação do ICMS do Estado do Rio Grande do Sul, o momento da ocorrência do fato gerador da importação ocorreu em

a) 15/11/2024

b) 01/12/2024

c) 17/11/2024

d) 10/12/2024

e) 15/12/2024

93. Segundo a Emenda Constitucional 132 (Reforma Tributária), julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

I. Resolução do Senado Federal fixará uma única alíquota de referência do IBS para todas as esferas federativas, nos termos de lei complementar, que será aplicada se outra não houver sido estabelecida pelo próprio ente federativo.

II. Qualquer alteração na legislação federal que reduza ou eleve a arrecadação do imposto deverá ser compensada pela elevação ou redução, pelo Senado Federal, das alíquotas de referência, de modo a preservar a arrecadação das esferas federativas.

III. O IBS não integrará sua própria base de cálculo, mas integrará a base de cálculo do IS.

a) Estão corretos os itens I e II, somente.

b) Está correto o item I, somente.

c) Está correto o item II, somente.

d) Todos os itens estão corretos.

e) nenhum item está correto.

94. A Reforma tributária (EC 132/23) alterou significativamente o sistema tributário brasileiro sobre o consumo, criando, dentre outros tributos, o Imposto sobre Bens e Serviços. Por ser tratar de um imposto de competência compartilhada, fez-se necessária a criação do Comitê Gestor do IBS. Sobre o tema, analise os itens abaixo, julgando verdadeiro ou falso.

I. O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços será composto por 27 representante dos Estados/DF e 27 membros, representando o conjunto dos Municípios e do Distrito Federal.

II. As deliberações no âmbito do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços serão consideradas aprovadas se obtiverem os votos da maioria absoluta de seus representantes.

III. Devido a sua independência financeira, o Comitê Gestor não poderá ser financiado por percentual do produto da arrecadação do IBS.

a) Estão corretos os itens I e II, somente.

b) Está correto o item I, somente.

c) Estão corretos os itens II e III, somente.

d) Todos os itens estão corretos.

e) nenhum item está correto.

95. A prefeitura de Niterói-RJ adquiriu mercadorias no valor de R$ 2.000 do atacadista WAGNER S.A., de São Paulo. Sabe-se que a alíquota do IBS é de 3% em Niterói e 15% no Estado do Rio de Janeiro. Sabe-se também que a CBS é cobrada a 4%. Considerando que não haja qualquer outra incidência tributária, diante dessa situação o valor do tributo que será levado aos cofres da cidade de Niterói é

a) R$ 60

b) R$ 300

c) R$ 140

d) R$ 360

e) R$ 440

96. De acordo com a LC 24/75, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta.

I. Os convênios, serão celebrados em reuniões para as quais tenham sido convocados representantes de todos os Estados e do Distrito Federal, sob a presidência rotativa dos membros.

II. Dentro do prazo de 15 dias contados da publicação dos convênios no Diário Oficial da União, e independentemente de qualquer outra comunicação, o Poder Executivo de cada Unidade da Federação publicará decreto ratificando ou não os convênios celebrados, considerando-se ratificação tácita dos convênios a falta de manifestação no prazo.

III. É vedado aos Municípios concederem qualquer dos benefícios relacionados ao ICMS no que se refere à sua parcela na receita do imposto de circulação de mercadorias.

a) Estão corretos os itens II e III, somente.

b) Está correto o item I, somente.

c) Está correto o item II, somente.

d) Todos os itens estão corretos.

e) Estão corretos os itens I e II, somente.

97. O art. 9º da Emenda Constitucional 132/23 traz diversos regimes favorecidos de tributação do IBS e da CBS, que devem ser uniformes em todo o país. O serviço de educação foi um dos contemplados com regime favorecido, no qual lhe foi concedido

a) isenção.

b) imunidade.

c) redução de 60% de alíquota.

d) crédito presumido.

e) redução de 30% de alíquota.

98. De acordo com a CF/88, julgue os itens e assinale a alternativa correta.

I. Lei complementar disporá sobre o regime de compensação, podendo estabelecer hipóteses em que o aproveitamento do crédito ficará condicionado à verificação do efetivo recolhimento do imposto incidente sobre a operação com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços, desde que o adquirente possa efetuar o recolhimento do imposto incidente nas suas aquisições de bens ou serviços ou o recolhimento do imposto ocorra na liquidação financeira da operação.

II. Lei complementar poderá definir como sujeito passivo do imposto a pessoa que concorrer para a realização, a execução ou o pagamento da operação, ainda que residente ou domiciliada no exterior.

III. a lei complementar poderá estabelecer o conceito de operações com serviços, seu conteúdo e alcance, admitida essa definição para qualquer operação que não seja classificada como operação com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos.

a) Estão corretos os itens I e II, somente.

b) Estão corretos os itens I e III, somente.

c) Estão corretos os itens II e III, somente.

d) Todos os itens estão corretos.

e) nenhum item está correto.

ESTADUAL (CONHECIMENTOS GERAIS)

Rafael Rocha

99. José, domiciliado em Goiás e nele falecido em 10/08/2021, deixou de herança ações com cotação em bolsa de valores (aproximadamente 30% do valor total da herança) e imóveis localizados no Mato Grosso do Sul (aproximadamente 70% do valor total da herança). No momento do óbito, a alíquota de ITCMD aplicável prevista na legislação do Mato Grosso era de 4%, no Mato Grosso do Sul era de 5% e na de Goiás era de 6%. Pouco mais de um ano após o óbito, sua viúva e única herdeira, Maria, também domiciliada em Goiás, procura um tabelionato de notas no Mato Grosso, lavrando a escritura pública de inventário e adjudicação de bens de seu falecido marido em 20/09/2022. Na data da lavratura da escritura, a alíquota de ITCMD aplicável no Mato Grosso era de 6%, no Mato Grosso do Sul era de 7% e em Goiás era de 8%. Diante desse cenário, é correto afirmar que:

a) o ITCMD será devido em sua integralidade a Goiás, domicílio tanto do autor da herança como da única herdeira, aplicando-se a alíquota de 6% prevista na legislação desse Estado à data do óbito.

b) parcela do ITCMD será devida ao Estado de Goiás quanto às ações com cotação em bolsa de valores, aplicando-se a alíquota de 6%, prevista na legislação desse Estado à data do óbito, enquanto a parcela incidente sobre os bens imóveis será devida ao Mato Grosso do Sul, aplicando-se a alíquota de 5%, prevista na legislação desse Estado à data do óbito.

c) parcela do ITCMD será devida ao Estado de Goiás quanto às ações com cotação em bolsa de valores, aplicando-se a alíquota de 8%, prevista na legislação desse Estado à data em que foi lavrada a escritura pública de inventário, enquanto a parcela incidente sobre os bens imóveis será devida ao Mato Grosso do Sul, aplicando-se a alíquota de 7%, prevista na legislação desse Estado à em que foi lavrada a escritura pública de inventário.

d) parcela do ITCMD será devida ao Estado do Mato Grosso quanto às ações com cotação em bolsa de valores, aplicando-se a alíquota de 4%, prevista na legislação desse Estado à data do óbito, enquanto a parcela incidente sobre os bens imóveis será devida ao Mato Grosso do Sul, aplicando-se a alíquota de 5%, prevista na legislação desse Estado à data do óbito.

e) parcela do ITCMD será devida ao Estado do Mato Grosso quanto às ações com cotação em bolsa de valores, aplicando-se a alíquota de 6%, prevista na legislação desse Estado à data em que foi lavrada a escritura pública de inventário, enquanto a parcela incidente sobre os bens imóveis será devida ao Mato Grosso do Sul, aplicando-se a alíquota de 7%, prevista na legislação do desse Estado à data em que foi lavrada a escritura pública de inventário.

100. João, domiciliado em São Paulo/SP, faleceu, deixando sua esposa Maria e 3 filhas: Márcia, Carolina e Rebecca. O total dos bens comuns do casal montava a importância de R$ 4.500.000,00. De acordo com a legislação civil em vigor na data do óbito, e com o regime de casamento adotado pelo casal, caberia à Maria apenas 50% desses bens comuns, a título de meação, devendo os outros 50% ser divididos igualmente entre as três filhas, de modo que cada uma delas receberia R$ 750.000,00.

Ocorre, todavia, que, feita a partilha, decidiu-se que Maria receberia bens no valor total de R$ 2.500.000,00. Márcia nada recebeu, pois renunciou pura e simplesmente ao quinhão que lhe caberia como herança; enquanto Rebecca ficou com R$ 1.500.000,00, em razão de Carolina ter renunciado a parte de seus bens em seu favor.

Diante desse caso hipotético, sabendo que o ITCMD é devido a SP, pode-se verificar a ocorrência de:

a) 5 fatos geradores do ITCMD, sendo 3 relativos a transmissões causa mortis e 2 relativos a transmissões por doação.

b) 5 fatos geradores do ITCMD, sendo 2 relativos a transmissões causa mortis e 3 relativos a transmissões por doação.

c) 4 fatos geradores do ITCMD, sendo 2 relativos a transmissões causa mortis e 2 relativos a transmissões por doação.

d) 4 fatos geradores do ITCMD, sendo 3 relativos a transmissões causa mortis e 1 relativo a uma transmissão por doação.

e) 3 fatos geradores do ITCMD, sendo 2 relativos a transmissões causa mortis e 1 relativo a uma transmissão por doação.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

MUNICIPAL (CONHECIMENTOS GERAIS)

Rafael Henze

91. Sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, analise os itens a seguir:

I. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza pode incidir sobre o fornecimento de mercadorias.

II. Não se inclui na base de cálculo do ISS o valor dos materiais fornecidos pelo prestador do serviço de construção civil.

III. A alíquota máxima do imposto é definida em resolução do Senado Federal.

IV. O Contribuinte do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza pode ser o tomador do serviço.

Com base nos itens acima, podemos afirmar que:

a) Apenas o item I está CORRETO;

b) Apenas os itens I e II estão CORRETOS;

c) Apenas os itens I, II E III estão CORRETOS;

d) Todos os itens estão CORRETOS;

e) Todos os itens estão ERRADOS;

92. O Código Tributário Municipal, juntamente com os demais decretos e instruções normativas, estabelecem critérios para a exigibilidade do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Assim, com base na legislação vigente, é correta, a seguinte afirmativa:

a) O imposto não incide caso a nomenclatura atribuída ao serviço não seja encontrada na lista anexa.

b) O imposto não incide sobre prestações de serviço realizadas por instituições financeiras.

c) O imposto incide sobre exportações de serviço quando o resultado da prestação for observado no país contratante

d) O ente tributante poderá atribuir a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, ou atribuindo ao contribuinte responsabilidade supletiva do cumprimento total ou parcial da referida obrigação, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais.

e) O imposto incide sobre a remuneração dos diretores e membros de conselhos consultivos.

93. Em relação ao ISSQN, cabe à lei complementar:

a) Determinar a alíquota do imposto no caso de prestações intermunicipais

b) Atribuir responsabilidade tributária

c) Excluir da tributação sociedades sem fim lucrativo

d) Fixar a alíquota máxima

e) Conceder isenções, incentivos e benefícios fiscais.

94. Assinale a alternativa adequada ao entendimento dos Tribunais Superiores a respeito do ISSQN:

a) O normativo que autorizava o recolhimento do ISS fixo previsto no Decreto Lei nº 406/68 não foi recepcionado pela ordem constitucional vigente

b) Não incide ISSQN nas operações de locação de bens móveis, salvo nos casos expressamente mencionados na lista de serviços.

c) Incide ISS sobre os serviços de assistência médica, excluídas as refeições e medicamentos fornecidos.

d) Não incide ISS sobre os contratos de franquia

e) Incide o ISS sobre as operações envolvendo o preparo e o fornecimento de medicamentos encomendados em farmácias de manipulação, mas incide o ICMS sobre os medicamentos de prateleira por elas produzidos, ofertados ao público consumido

95. Determinado Município aprova por meio de lei ordinária votada em sua Câmara de Vereadores dispositivo legal que atribui às empresas prestadoras de serviço sediadas em outros Municípios o dever de efetuar um cadastro em sua Secretaria de Fazenda para controle e fiscalização das atividades realizadas, sob pena de aplicação de multa nos prestadores.

A respeito desse procedimento, assinale a alternativa correta:

a) Cadastro de prestadores e imposição de multa só podem ser veiculados por meio de lei complementar de caráter nacional

b) O dever de efetuar cadastramento no Município em que foi realizada a prestação do serviço encontra amparo na legislação pátria sobre o assunto.

c) Não há irregularidade no dispositivo aprovado

d) A previsão só seria válida caso fosse aprovada lei complementar nesse sentido

e) O dispositivo é inconstitucional por ferir o princípio da territorialidade.

96. O IPTU é um imposto de competência municipal que onera a propriedade imobiliária situada na zona urbana dos municípios.

A respeito das características desse tributo sob a ótica dos Tribunais Superiores, assinale a afirmativa correta.

a) São inconstitucionais as leis municipais anteriores à Emenda Constitucional n° 29/2000, que instituíram alíquotas diferenciadas de IPTU para imóveis edificados e não edificados, residenciais e não residenciais

b) Incide o IPTU, considerado imóvel de pessoa jurídica de direito público cedido a pessoa jurídica de direito privado, devedora do tributo

c) É constitucional a lei municipal que delega ao Poder Executivo a avaliação individualizada, para fins de cobrança do IPTU, de imóvel novo não previsto na Planta Genérica de Valores, ainda que não exista lei fixando os critérios para a avaliação técnica.

d) Além da necessidade da localização do terreno na zona urbana é preciso, para a incidência do tributo, que exista no local uma acessão física.

e) O IPTU não será cobrado de imóveis destinados à educação fundamental, de acordo com requisitos previstos em lei complementar.

97. Os emolumentos são cobrados por agentes delegados pelo Estado, como os cartórios, para custear os serviços prestados, como os registros e os materiais utilizados. De acordo com a jurisprudência do Supremo, qual é a natureza jurídica desses valores?

a) Remuneração dos titulares

b) Taxas

c) Tarifas

d) Imposto

e) Contribuição

98. A Reforma Tributária promovida pela Emenda Constitucional nº 32 de 2023, respeitados os prazos de transição, promoverá:

a) A extinção do imposto sobre a transmissão de bens imóveis, combinada com o advento do imposto sobre bens e serviços (IBS), que incidirá sobre operações com bens imóveis.

b) O fim do IPI e sua substituição pelo Imposto Seletivo.

c) A transmissão da arrecadação da CBS da origem para o destino.

d) A extinção do imposto sobre serviços, combinada com o advento do imposto sobre bens e serviços que incidirá sobre operações com bens imateriais

e) A supressão do imposto sobre serviços, combinada com o advento do imposto sobre bens e serviços que não incidirá sobre operações com bens imóveis.

99. Com supedâneo nas transformações oriundas da Emenda Constitucional (EC) nº 132/2023, a Reforma Tributária, assinale a alternativa correta acerca do imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios.

a) Resolução do Comitê Gestor instituirá imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios.

b) Não incidirá sobre a importação de direitos

c) Incidirá sobre as exportações de bens manufaturados em território nacional.

d) Cada ente federativo determina a base de cálculo relativa a cada operação tributável

e) Incidirá uma única vez sobre combustíveis e lubrificantes, qualquer que seja a sua finalidade

100. A respeito da Reforma Tributária aprovada em 2023 e as alterações que promoveu no texto constitucional, julgue os próximos itens.

I Cada ente federativo fixará sua alíquota própria do IBS.

II O Sistema Tributário Nacional deve observar os princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente

III As alterações na legislação tributária buscarão atenuar efeitos regressivos.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item II está certo.

b) Apenas o item III está certo.

c) Apenas os itens I e II estão certos.

d) Apenas os itens I e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Discursiva

Carlos recebeu em sua casa um auto de infração, lavrado em 22/06/2024, relativo ao imposto de renda da pessoa física (IRPF) referente ao ano-calendário 2023, por ter omitido rendimentos tributáveis. Ao observar o valor do imposto, percebeu que a multa aplicada correspondia a 50% do valor do imposto não recolhido tempestivamente.

A Lei X, que previa a multa de 50%, havia sido revogada em 2018 pela Lei Y, que passou a prever a multa de 75% pelo inadimplemento do imposto.

Decidido a impugnar a exação fiscal por entender que o rendimento por ele auferido seria isento, procurou um escritório de advocacia para orientá-lo quanto aos procedimentos cabíveis.

Elabore um texto dissertativo, apontando necessariamente os seguintes pontos à luz do Código Tributário Nacional (CTN).

A) O percentual de multa aplicado no auto de infração está em consonância com as normas gerais de direito tributário ou não? Por quê?

B) Após apresentar a impugnação e durante o contencioso administrativo, Carlos estará em situação irregular perante a Fazenda?

C) Quais são as situações que ensejam a emissão de certidão positiva com efeitos de negativa?

(Reposta em até 25 linhas)

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!

https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

http://estrategi.ac/assinaturas

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

http://estrategi.ac/ok1zt0